Vereadores Governistas rejeitam requerimento solicitando debate sobre a Educação de Petrolina

Mais um pedido de transparência negado. Vereadores da bancada de situação de Petrolina rejeitam mais um pedido de informações sobre a gestão municipal. Desta vez, o vereador Paulo Valgueiro, líder da Bancada de Oposição da Casa Plínio Amorim apresentou durante a sessão ordinária (03), um requerimento solicitando a presença da secretária municipal de Educação, Cultura, Esportes e de autoridades políticas do município para a realização de uma audiência pública com o intuito de debater assuntos pertinentes a pasta com os vereadores e a população. O requerimento n° 266/2019 foi rejeitado com 14 votos, após pedido de destaque do líder do Governo, o vereador Aerolande Cruz.

Com o argumento de que é uma manifestação política, Aerolande sinalizou aos colegas de bancada a rejeição do requerimento. O embate começou quando o vereador Paulo Valgueiro justificou sua solicitação, que segundo ele, “nada mais é do que um direito legislativo de discutir os projetos, ações e problemas do município, já que a população de Petrolina tem o direito de conhecer e participar do Plano de Gestão”.

O objetivo da audiência pública era discutir sobre a viabilidade e conveniência do processo de reorganização e adequação do quadro de funcionários da Secretaria, com foco no pleno funcionamento da rede municipal de ensino, assim como soluções urgentes e assertivas para evitar a falta de professores no quadro municipal prejudicando o ano letivo da rede básica de ensino.

Os únicos vereadores a votarem favoráveis ao requerimento foram da Bancada de Oposição, o proponente Paulo Valgueiro, Gilmar Santos, Cristina Costa e Gabriel Menezes, presentes na sessão.

Alvorlande Cruz, ao defender seu líder político, o prefeito Miguel Coelho, usou em tom de ameaça palavras diretas ao líder oposicionista. “O jogo daqui vai ser o seguinte, se bater nas pernas é nas pernas, é na cintura e na cabeça, isso é só um recado e nós vamos analisar a EPTTC”. O vereador quis atacar Valgueiro, que esteve durante a gestão Julio Lossio comandando a empresa de transportes.

Valgueiro não recuou e mandou o recado para quem não entendeu. “Pode investigar todo o período que estive na EPTTC, não tenho receio de nada, pode acionar o Ministério Público, não temo e nem tenho nada para esconder, nada obscuro (...) Somos a favor do concurso público sim, o que não podemos aceitar é a forma arbitrária e desorganizada que a gestão vem administrando o município. Para que contratou se não precisava, para demitir com total desrespeito antes da conclusão do contrato com esses profissionais? Tem vereadores querendo colocar nuvem de fumaça no problema (...) Somos defensores do respeito, da organização e da responsabilidade política e social. Porque a Prefeitura realizou então dois concursos, um para vagas temporárias e outro para efetivos?”, respondeu o líder.

Os vereadores de Oposição gostariam de debater sobre a política municipal de educação, momento oportuno para encontrar soluções para os problemas, após demissões arbitrárias ocorridas recentemente de educadoras do Programa Nova Semente no município, como relatou o vereador Gilmar Santos. “Somos a favor do concurso público sim, mas esperávamos também um tratamento humanitário a todos esses profissionais, que foram retirados da sala de aula para serem demitidos e esses alunos ainda ficaram sem professores antes da conclusão do ano letivo, esperávamos o mínimo de compromisso de uma gestão pública que se diz responsável”. Cristina Costa lamentou a rejeição do requerimento. “Como legisladora e educadora defendo o servidor efetivo, o concurso público, mas a prefeitura poderia pelo menos, aguardar a conclusão do ano letivo, para que os alunos que já estão com o segundo semestre em andamento, perfeitamente adaptados aos professores, não vivenciassem essa mudança brusca para não prejudicar o desempenho do alunado e respeitar esses profissionais de educação com um aviso prévio”.

Esta semana, alguns professores contratados foram desligados durante a aula em seus postos de trabalho, sem aviso prévio, com a justificativa de quadro inflado de servidores. A exemplo da professora Laise da Mata que divulgou em suas redes sociais e foi replicada pela imprensa local sua indignação. Leia abaixo:

Imagem: Texto Laise da Mata